PCGE = prova de conhecimentos gerais e específicos;
EPS = entrevista profissional de selecção.

9.2 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, prova de conhecimentos gerais e específicos, entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constarão das actas de reunião do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

10 — Composição do júri do concurso e estágio:

Presidente — presidente da Junta de Freguesia de Alcabideche, Fernando Costa Teixeira Lopes.

1.º vogal efectivo, que substitui o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, secretário da Junta de Freguesia de Alcabideche, Dr. Carlos Filomeno dos Santos.

2.º vogal efectivo — tesoureiro da Junta de Freguesia de Alcabideche, Manuel António Paquete Santinho.

1.º vogal suplente — vogal da Junta de Freguesia de Alcabideche, engenheiro Rui Manuel Gonçalves Miranda.

2.º vogal suplente — vogal da Junta de Freguesia de Alcabideche, Maria Celeste dos Reis Gonçalves.

11 — Requisitos especiais de admissão (área de recrutamento) ao presente concurso podem candidatar-se os indivíduos do sexo masculino e feminino que estejam habilitados com licenciatura adequada na área de educação física e desporto/gestão do desporto ou afins, nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, conjugado com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho.

11.1 — Requisitos gerais de admissão — os exigidos e constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados com lei especial ou convenção internacional;

b) Ter idade não inferior a 18 anos;

c) Possuir as habilitações literárias legalmente exigidas para o desempenho do cargo;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício de funções a que se candidata;

f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

12 — Formalizações das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas através de requerimento acompanhado de *curriculum vitae*, dirigido ao presidente da Junta de Freguesia de Alcabideche, em mão, na sede da Junta de Freguesia de Alcabideche, ou remetidas pelo correio, registadas com aviso de recepção para Praceta do Moinho, 2645-060 Alcabideche.

12.1 — Dos requerimentos de admissão deverão constar obrigatoriamente:

a) Identificação completa — nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número, local e data de emissão do bilhete de identidade, número de contribuinte, morada, código postal e telefone, se o houver;

b) Habilitações literárias (com referência também a cursos de formação e outros);

c) Identificação do concurso, mediante identificação do *Diário da República* onde se encontra publicitado o aviso de abertura e respectiva categoria a que concorre;

d) Experiência profissional, com menção expressa das funções desempenhadas;

e) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar que possam ser relevantes para a apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal. Estes documentos só serão tidos em consideração se devidamente comprovados.

No caso de candidatos com deficiência:

f) Grau de incapacidade e tipo de deficiência.

12.2 — Os requerimentos de admissão devem ser obrigatoriamente acompanhados dos seguintes documentos:

a) Documento comprovativo das habilitações literárias, com indicação da instituição de ensino e respectiva classificação final do curso;

b) Fotocópia do bilhete de identidade;

c) Fotocópia do número fiscal de contribuinte.

12.3 — É dispensada, nesta fase, a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos gerais exigidos para admissão a concurso, a que se referem as alíneas *a*), *b*), *d*), *e*) e *f*) do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e constantes do n.º 11.1, desde que os candidatos declarem, nos respectivos requerimentos, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada uma daquelas condições e aos funcionários ao serviço desta Junta, desde que os documentos constem do respectivo processo individual de cadastro, devendo, nesse caso, ser feita menção na candidatura.

12.4 — O disposto no número anterior não impede que seja exigida aos candidatos, em caso de dúvida sobre a situação que descreveram, a apresentação de elementos comprovativos das suas declarações.

12.5 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

12.6 — As candidaturas que não obedeçam aos requisitos expressos no presente aviso serão excluídas.

13 — Forma de Ingresso — o provimento como estagiário será feito através de contrato administrativo de provimento, nos termos da alínea *c*) do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 24.º do mesmo decreto-lei, conjugado com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho.

13.1 — O estágio, com carácter probatório e com duração de um ano, deverá, em princípio, integrar a frequência de cursos de formação directamente relacionados com a actividade a exercer.

13.2 — A avaliação e a classificação final do estágio competem ao respectivo júri, sendo traduzida numa escala de 0 a 20 valores e atendendo aos seguintes princípios:

Relatório de estágio;

Classificação de serviço obtida durante o período de estágio;

Formação profissional realizada no período de estágio.

13.3 — A classificação final de estágio será resultante da aplicação de uma das seguintes fórmulas:

a) Quando se tiver verificado a frequência de cursos de formação:

$$CF = \frac{2CS + 2RE + FP}{5}$$

b) Quando não tiver havido lugar à frequência de cursos de formação:

$$CF = \frac{CS + RE}{2}$$

em que:

CF = classificação final;

CS = classificação de serviço;

FP = formação profissional;

RE = relatório de estágio.

13.4 — Findo o período de estágio, o candidato será provido no lugar de técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior, se a classificação obtida no estágio não for inferior a 14 valores.

14 — A lista de candidatos admitidos e a lista de classificação final serão afixadas, para consulta, no expositor da Junta de Freguesia de Alcabideche, oficiada aos candidatos e publicada na 3.ª série do *Diário da República*, conforme as situações previstas nos artigos 33.º, 38.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e os candidatos serão oportunamente notificados da data, hora e local da realização dos métodos de selecção.

26 de Julho de 2006. — O Presidente da Junta, *Fernando Costa Teixeira Lopes*. 3000212257

JUNTA DE FREGUESIA DE BOBADELA

Aviso

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar na categoria de auxiliar administrativo (grupo de pessoal auxiliar).

Para os devidos efeitos se torna público que, por deliberação do executivo desta Junta de Freguesia, na sua reunião de 10 de Julho de

2006, encontra-se aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, contado a partir da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, o concurso externo de ingresso para provimento de um lugar na categoria de auxiliar administrativo do grupo de pessoal auxiliar.

1 — Este concurso rege-se pelo Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

2 — Os candidatos deverão entregar pessoalmente na Secretaria da Junta de Freguesia, ou remeter pelo correio, com aviso de recepção, dentro do prazo acima referido, para a Junta de Freguesia de Bobadela, Praceta de José Régio, 16-B, 2695-050 Bobadela LRS, requerimento de admissão ao concurso abaixo mencionado, em minuta própria existente no serviço de pessoal desta Junta ou em folha A4.

Os requerimentos de candidatura deverão ser dirigidos ao presidente da Junta de Freguesia de Bobadela, do qual deverão constar os seguintes elementos de identificação:

a) Nome completo, filiação, naturalidade, estado civil, profissão, data de nascimento, número, data de emissão e de validade do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número fiscal de contribuinte, morada, código postal e telefone;

b) Identificação da categoria a que concorre e do *Diário da República* em que o presente aviso foi publicado;

c) Os candidatos deverão reunir os requisitos gerais a que se refere o n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

d) Os candidatos deverão anexar ao requerimento de candidatura fotocópias do bilhete de identidade atualizado bem como quaisquer outros elementos que entendam dever apresentar por serem relevantes para apreciação do seu mérito, juntando prova dos mesmos.

Os candidatos devem reunir os requisitos acima mencionados até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas (n.º 3 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho).

A não apresentação, dentro do prazo de candidatura, dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão exigíveis constantes no presente aviso de abertura, determina a exclusão do concurso (n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho).

3 — O local de trabalho será na área geográfica da freguesia de Bobadela.

4 — A remuneração do lugar a concurso será o correspondente ao escalão 1, índice 128 (412,06 euros), nos termos do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

5 — Descrição de funções — nos termos do Despacho n.º 4/88, do SEALOT, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 80, de 6 de Abril de 1989.

6 — Área de recrutamento — de entre indivíduos possuidores da escolaridade obrigatória, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

7 — Constituição do júri do concurso:

Presidente — Fernando Neves da S. Carvalho, presidente da Junta de Freguesia.

Vogais efectivos:

1.º Cláudia Alexandra André da Conceição Carmo, secretária da Junta de Freguesia.

2.º António Joaquim Viegas de Sousa, tesoureiro da Junta de Freguesia.

Vogais suplentes:

1.º Pedro Alexandre Ribeiro Gonçalves, 1.º vogal da Junta de Freguesia.

2.º Manuel Roque Afonso, 2.º vogal da Junta de Freguesia.

O presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

8 — Métodos de selecção.

Prova teórica de conhecimentos gerais — 50 %.

Programa (responder a um questionário versando):

Férias, faltas e licenças (Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/99, de 11 de

Agosto, Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio, e Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio;

Estatuto disciplinar (Decreto-Lei n.º 24/84, 16 de Janeiro).

Duração — sessenta minutos.

Forma — escrita.

A prova teórica de conhecimentos gerais será classificada de 0 a 20 valores.

Entrevista profissional de selecção — 50 %

A entrevista profissional de selecção será classificada de 0 a 20 valores:

Atitude profissional:

Motivação;
Criatividade;
Responsabilidade.

Relacionamento interpessoal:

Segurança;
Poder de comunicação.

Cada um destes factores será classificado da seguinte forma:

Muito bom — 4 valores;

Bom — 3 valores;

Suficiente — 2 valores;

Insuficiente — 1 valor.

9 — A classificação final de cada uma das provas será expressa numa escala de 0 a 20 valores de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{PC + EP}{2}$$

em que:

CF = classificação final;

PC = prova de conhecimentos;

EP = entrevista profissional.

10 — O concurso é válido para o preenchimento de um lugar, caducando com o preenchimento do mesmo (n.º 4 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho).

11 — Relativamente às listas de candidatos admitidos e excluídos e de classificação final do concurso, proceder-se-á nos termos dos artigos 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

12 — Os candidatos admitidos serão convocados para realizar os métodos de selecção nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente, no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

24 de Julho de 2006. — O Presidente da Junta, *Fernando Neves da S. Carvalho*.
1000304013

JUNTA DE FREGUESIA DE DARQUE

Aviso

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, nos termos do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local, pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, foi nomeado, precedendo a concurso, por deliberação da Junta de Freguesia em sua reunião de 13 de Junho de 2006, para a categoria de auxiliar de serviços gerais, do grupo de pessoal auxiliar, o candidato graduado em 1.º lugar no referido concurso, aberto por aviso, cuja nota de classificação final foi publicada nos termos da alínea a) do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

Eric Freitas Reis.